

Vulnerabilidade e proteção: a prática e a pesquisa em psicologia

7

Alice Maggi*

Resumo: O artigo discute algumas considerações a respeito dos conceitos de vulnerabilidade e proteção, quando relacionados à prática e à pesquisa em psicologia. Estabelece ligações entre conceitos clássicos, principalmente na área da filosofia e demais ciências humanas, como ética, moral e educação e as circunstâncias cotidianas e contemporâneas, como o acesso facilitado às informações, o incentivo à formação de recursos humanos na área da pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Ao fim, sinalizam-se alternativas práticas e possíveis para operacionalizar a manutenção da pesquisa no contexto da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, para garantir o cumprimento das recomendações éticas vigentes.

Palavras-chave: Psicologia. Práticas profissionais. Vulnerabilidade.

Abstract: The article discusses some considerations regarding the concepts of vulnerability and protection when related to the practice and research in psychology. It establishes connections between classical concepts, especially in the area of philosophy and other humanities – such as ethics, morality and education, and the circumstances of daily living and contemporary, such as access to information, the incentive for the training of human resources in the area of research and technological development in decades. Finally, it points practical alternatives and possible to operationalise the maintenance of the search in the context of vulnerability and at the same time, to ensure compliance with the recommendations ethical standards.

Keywords: Psychology. Professional practices. Vulnerability.

O artigo discute algumas considerações a respeito dos conceitos de vulnerabilidade e proteção, quando relacionados à prática e à pesquisa em psicologia. Estabelece ligações entre conceitos clássicos, principalmente na área da filosofia e demais ciências humanas, como ética,

* Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs). Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* amaggi@ucs.br

moral e educação e as circunstâncias cotidianas e contemporâneas, como o acesso facilitado às informações, o incentivo à formação de recursos humanos na área da pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas.

O título: vulnerabilidade e proteção tem a ver, objetivamente, com a proximidade de um projeto de pesquisa e outras ações, coordenado e desenvolvido em serviços da própria universidade e que se vincula com a prevenção e a saúde como o nome sugere. Vulnerabilidade, por definição, associa-se aos fatores de risco e à proteção e se alinha com uma abordagem muito reconhecida no campo da psicologia a qual indica que risco não é desastre, mas desafio e, ao risco oferece-se proteção e não conformismo e catástrofe. (MARCELLI, 1998; MASTEN; COATSWORTH, 1995).

Quando se estende essa temática ao campo de pesquisa científica, problematizam-se algumas questões, porque há recomendações muito claras quanto aos cuidados a serem tomados exatamente em pesquisa com seres humanos em grupos vulneráveis. Assim, torna-se obrigatório o domínio de vários conceitos e procedimentos que podem orientar de maneira tal que a legislação não iniba, mas, pelo contrário, estimule a realização de práticas cada vez mais qualificadas no âmbito da pesquisa em psicologia. (FOUREZ, 1995; HUTZ; SPINK, 2007).

Pretende-se, também, apresentar, ao longo do artigo, algumas considerações que dizem respeito ao momento atual das práticas em pesquisa, obviamente, sublinhando o conhecimento e a perspectiva da psicologia, mas, possivelmente, transponível para outras áreas de estudo e aplicação. Dessa forma, a temática aproxima-se igualmente dos campos de estudo da educação e da ética.

Ao se abordar a ética e a bioética, é quase inevitável a referência aos dilemas da vida e da morte – cuidado e não-cuidado, eutanásia, aborto, fertilização assistida, células-tronco e tantos outros itens que compõem as agendas de pesquisa de ponta na comunidade. Enfim, tem-se um conjunto amplo e polêmico de assuntos que o leitor ou o estudante menos iniciados poderá supor que estaria distante de tais interesses, atribuindo os temas exclusivamente a acadêmicos e a cientistas. Contudo, tanto as práticas profissionais como as da docência deparam-se com uma realidade distinta, na medida em que a discussão ética é inerente a qualquer intervenção profissional, desde a observação e apropriação da história de uma pessoa até a interferência em seu cotidiano.

Além disso, há que se enfatizar que vulnerabilidade e proteção têm se constituído em temáticas recorrentes de inúmeros estudos de

psicologia atualmente envolvendo: desenvolvimento, psicopatologia do desenvolvimento, situações e populações de risco, resiliência, entre outras. (HAGGERTY et al., 1996; RUTTER; SROUFE, 2000; KOTLIARENCO; LECANNELIER, 2004).

Isso porque a psicologia tem se dedicado realmente a investigar os desdobramentos das situações adversas, livre de preconceitos patologizantes na tentativa de dar um sentido às chamadas exceções dos sobreviventes. O próprio projeto desenvolvido e mencionado anteriormente se alinha com outros grupos de pesquisa e serviços de psicologia na comunidade científica. Ou seja, o início da vida como ponto de partida para ações preventivas em saúde mental. E, se esse início da vida for permeado por situações de vulnerabilidade biológica e/ou psicossocial, o risco do ponto de vista do cuidado passa a assumir uma atenção multiplicada.

Para se conhecer esse risco, portanto, e cuidar da maneira mais eficiente possível também é preciso pesquisar com mais profundidade a natureza desses processos, já que ao risco a única coisa se que pode oferecer é proteção e, quem sabe, prevenção em outros níveis. Novamente, nesse momento, somam-se os impasses, e se for pesquisa com grupos vulneráveis também se duplicam as exigências. E então, o que fazer? Abandonar a pesquisa imediatamente? Positivamente não, mas, pelo contrário, devem seguir investigando tais situações, desde que protegidos e ancorados – os pesquisadores – pelas prerrogativas que os pares acadêmicos e profissionais estabelecem.

Nessa mesma direção, merecem atenção especial as concepções de Rutter (2000), ao propor um campo denominado psicopatologia do desenvolvimento, no qual será um tripé indissociável o risco, a vulnerabilidade e a proteção. Daí o surgimento, na literatura anglo-saxã, do conceito de resiliência. Logo, o desenvolvimento e a psicopatologia, classicamente tão cindidos pela linha de normalidade, encontram faces de contato e por que não dizer de origem? Assim, diante de situações adversas do desenvolvimento normal, a intervenção assume um papel estratégico para redirecionar o curso dos fatos, preferencialmente às harmonias do desenvolvimento.

Do ponto de vista da ética, é importante retomar os referenciais da psicologia que orientam tal questão: a moral e a ética estariam dependentes de uma construção (KOHLBERG apud BIAGGIO, 1991; HABERMAS, 1989) e, portanto, sujeito e objeto de uma investigação submetidos a essa mesma condição. Logo, é possível compreender que a

intenção de pesquisar risco e vulnerabilidade não libera o pesquisador da regulamentação que rege essa matéria.

Além disso, em se tratando de pesquisa em psicologia, são esclarecedoras as orientações de Habermas (1989), quando menciona que toda ciência, que admite as objetivações de significado como parte de seu domínio sobre os objetos, tem que se ocupar das consequências metodológicas do papel do participante. Nesse sentido, compreender o que é dito exige a participação e não somente a observação. Ou seja, ao se propor um termo de consentimento livre e esclarecido, tal orientação se aplica a um universo considerado de pesquisas, na medida em que ameaça a independência do contexto e a neutralidade axiológica necessária à objetividade do denominado saber teórico.

Na produção intelectual nacional, tanto Fonseca (1995) como Guareschi (1995) são referências quando integram a ética e a psicologia. Falar de ética implica um esforço em tornar explícitos aqueles pressupostos que orientam a ação concreta sobre o mundo, e que, no papel de reguladores, também criam a ilusão de autonomia e liberdade. Falar de ética também implica a busca daquilo que, sob a aparência do pessoal e individual, se inscreve como valores sociais estruturados historicamente e que, com sua capacidade estruturante, modelam os espíritos segundo seus conteúdos. (FONSECA, 1995).

Há, na problematização desse tema, uma dupla mensagem que merece ser desvendada: ao mesmo tempo que é preciso oferecer soluções das mais variadas ordens às denominadas populações vulneráveis, há que se cumprir a legislação que rege e protege a pesquisa com seres humanos, principalmente, com os grupos vulneráveis.

Do ponto de vista da pesquisa em psicologia, por sua vez, a legislação do Conselho Federal de Psicologia é absolutamente clara ao orientar eticamente os psicólogos envolvidos em pesquisas com seres humanos, ou seja, seguir a resolução do Ministério da Saúde (HUTZ; SPINK, 2007) que também contempla a pesquisa com seres vivos, até porque são clássicos os estudos de aprendizagem com cobaias animais dentro da formação em psicologia e mesmo nos cursos de pós-graduação *strictu-sensu*. Tem-se, portanto, na aplicação dessas normas, uma encruzilhada com a pesquisa, exigindo a necessidade de planejar os fluxos de trabalho, os tempos necessários para cada etapa, especialmente quando se abordam seres humanos, cujo direito a participar ou não de estudo deve ser rigidamente respeitado.

A única alternativa parece ser, portanto, a de desenvolver com técnica, por que não dizer algo com arte e muita criatividade, possibilidades de que os próprios projetos de pesquisa sejam capazes, potencialmente, de desencadear melhorias nos cuidados, mesmo que não-projetados inicialmente pela investigação. A clareza em tentar desenhar projetos que considerem o bem-estar dos pesquisados, preferencialmente, parece condição obrigatória. Logo, projetos de pesquisa que envolvam grupos conceituados como vulneráveis deveriam contemplar um delineamento que fizesse a previsão de uma bem-definida rede de apoio para o enfrentamento de tais situações. Seria talvez a única maneira de oferecer efetivamente proteção a quem o risco persegue constantemente.

Diante das exigências atuais da bioética e da ética em pesquisa, é fundamental sublinhar que o objeto de estudo da psicologia, frequentemente, tem sido um grupo especial, clínico, e, por isso mesmo, o vulnerável, porque o próprio conhecimento em psicologia, não-conformado com o estado atual de intervenções, tenta produzir um novo saber que se torne disponível à comunidade. Pontualmente, seria aí que se instalaria o delicado equilíbrio entre a garantia de conhecer o estado da arte do assunto e, realmente, dedicar-se a investigar o que seguramente pode oferecer algo de novo, em lugar de simplesmente replicar o que já se conhece, atendendo muito mais a um interesse e curiosidade pessoais do que às genuínas questões da ciência.

As orientações éticas contidas em diversas associações e entidades são absolutamente transparentes quanto aos cuidados a serem tomados nesse sentido. Ou seja, há que se assegurar, via exaustiva revisão de literatura, que a nova investigação proposta realmente é original, nem que seja minimamente, já que nada semelhante foi descrito e que, efetivamente, os resultados poderão contribuir para o avanço do conhecimento.

Essa orientação parece tão simples, mas não tem assim se revelado, isto é, quem serão os executores dessa exaustiva revisão de literatura, no mínimo em dois idiomas nas bases de dados de ponta: profissionais, docentes e/ou acadêmicos? A resposta a essa questão não necessita ser de escolha simples, mas, certamente, será um diferencial nas garantias de proteção a grupos vulneráveis, desde a primeira etapa da investigação, comprometendo os desdobramentos e produtos de pesquisas já realizadas. Possivelmente, tal circunstância pode ser explicada pelas recomendações de Arendt (1996), quando discute a pesquisa básica e aplicada e também a própria constituição de docentes qualificados. Ou seja, harmonizar

paixão, experiência e talento, quando se trata de pesquisa na universidade, tem sido árdua tarefa dos gestores e de todos os envolvidos. Um professor recém-concursado ou mesmo um acadêmico em fim de curso ou bolsista de iniciação científica, certamente poderá carregar paixão e talento em seus projetos, mas lhe faltará experiência. Ao contrário, um docente, no fim de sua carreira universitária, terá experiência e talento, mas poderá lhe faltar a paixão do jovem iniciante. E, finalmente, uma terceira situação em que paixão e experiência estarão presentes, mas não a indispensável competência para tal. Em sendo assim, à parte das definições de vulnerabilidade e condições éticas para a realização de projetos de pesquisa, faz-se obrigatória a articulação das particularidades de quem levará adiante investigações envolvendo pesquisa de campo.

Desde a posição dos docentes, é genuíno o convite que oferece exercícios metodológicos desde a graduação com o intuito de despertar o caráter investigativo na formação superior. Até recentemente, na psicologia e, possivelmente em outras áreas afins, a pesquisa era tarefa de uma minoria de docentes-doutores, em geral formados no Exterior, até porque inexistiam tais cursos nas universidades brasileiras, que realizavam pesquisas em programas de pós-graduação *strictu senso*, classificados como de excelência pelas comunidades científicas nacional e internacional. Sabe-se que esse modelo teve que ser expandido e, atualmente, um estudante de graduação tem a tarefa de coletar dados em algum momento de sua grade curricular. Não se pode ficar na direção contrária da socialização do Ensino Superior, mas é obrigatório refletir se essa é a melhor ou a única saída para tais impasses, quando se discutem pesquisa em psicologia, vulnerabilidade e proteção.

A construção e a socialização de novos conhecimentos, provavelmente, são as únicas alternativas para que melhores condições e qualidade de vida sejam oferecidas às inúmeras populações, que vivem em situações de miserabilidade, vulnerabilidade e risco. Contudo, como garantir que a pesquisa tal como tem sido produzida seja um elemento propulsor para isso?

Fundamental, também, é considerar, além da realização formal de todas as etapas de um projeto de pesquisa, sobre o que acontece com os participantes quando a pesquisa acaba (WHITWORTH, 2008), ou ainda quando são detectadas necessidades de atendimento ao longo do próprio estudo. (GOMES; PICCININI, 2007). Em se tratando de grupos vulneráveis, cuja abordagem percorre uma longa tramitação de liberações e autorizações, durante a coleta das informações, nem sempre

é previsto um encaminhamento nessa direção. Não se trata, em absoluto, de tornar obrigatória toda pesquisa com contornos de intervenção, mas, no mínimo, que seja cuidadosamente previsto o procedimento quando se observam necessidades outras a serem atendidas.

A psicologia, felizmente, não necessita nem precisa se manter em exemplos teóricos. Na área da saúde e educação, foram e continuam sendo diversos os exemplos de aplicações extremamente bem-sucedidas de projetos experimentais altamente exitosos em seus resultados, sem, contudo, deixar de ser trabalhosos e cuidadosos. Devem ser lembrados os benefícios do lúdico (MASETTI, 1998) e dos programas de humanização em instituições de curta ou longa permanência, que atendem pessoas de todas as faixas etárias, nas rotinas atuais de assistência. Ou seja, somente o trabalho, inicialmente experimental com os denominados grupos vulneráveis, viabilizou a qualificação da assistência, representando o mais legítimo dos objetivos da investigação científica.

Não há como finalizar este artigo sem a indicação de que há que se continuar fazendo pesquisa mesmo com todas as dificuldades que se apresentam. Há que se insistir que a bioética, a ética e todos os encaminhamentos exigidos à pesquisa com grupos vulneráveis só qualifiquem as propostas de estudos e, obviamente, protejam todos os envolvidos. O domínio dessas áreas do conhecimento permite tornar o projeto de estudos e/ou projeto de pesquisa visível aos pares intelectuais, que terão o afastamento necessário para uma apreciação mais livre de interferências. Os rituais do anonimato e do sigilo, garantidos aos participantes, também se duplicam nos bastidores da elaboração de um projeto de pesquisa.

Contudo, muito ainda necessita ser construído nos sentidos concreto e prático, de modo a garantir que a investigação esteja realmente devolvendo aos grupos de participantes o produto do estudo realizado. Não se pode ter pressa em propor resultados, até porque, frequentemente, são necessárias décadas para que um conhecimento se incorpore às práticas. Nem sempre o mesmo grupo de pesquisadores terá esse tempo para constatar o produto final e, por isso mesmo, há a exigência de uma comunicação e socialização eficientes dos resultados, que sinalizem os avanços e os obstáculos.

Na tentativa de finalizar tal discussão, apontam-se a algumas alternativas práticas e possíveis para operacionalizar a manutenção da pesquisa no contexto da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, para garantir o cumprimento das recomendações éticas vigentes, ou seja, dominar os

conhecimentos teóricos e metodológicos disponíveis para orientar decisões acertadas, ultrapassar o senso comum, afinar com os pares da comunidade científica e com as demandas da assistência, harmonizar-se com todos os atores do contexto em que se dará a pesquisa, garantir cuidado e proteção diante dos que se recusam a participar de estudos e ensaios científicos. Entende-se que somente dessa maneira não se inverterão os meios e os fins, aliás, decisão sempre tão simples e sábia, mas nem sempre atingível.

Referências

- ARENDDT, Ronald João Jacques. Pesquisa básica *versus* aplicada. *Temas em Psicologia*, v. 3, p. 71-78, 1996.
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Psicologia do desenvolvimento*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FONSECA, Tania Maria Galli. Acerca da ética e da perspectiva interdisciplinar. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). *Relações sociais e ética*. Porto Alegre: Abrapso – Regional Sul, 1995.
- FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- GOMES, Aline Grill; PICCININI, Cesar Augusto. Impressões e sentimentos das gestantes sobre a ultrassonografia e suas implicações para a relação materno-fetal no contexto da anormalidade fetal. *PSICO*, v. 38, n. 1, p. 67-76, 2007.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Ética e relações sociais entre o existente e o possível. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). *Relações sociais e ética*. Porto Alegre: Abrapso – Regional Sul, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HAGGERTY, Robert J. et al. *Stress, risk and resilience in children and adolescents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HUTZ, Claudio S.; SPINK, Mary Jane. *Orientações éticas para psicólogos envolvidos em pesquisas com seres humanos*. 2007. Proposta elaborada para o Fórum de Entidades de Psicologia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psico-laboratorio>. Acesso em: 7 maio 2007.

- KOTLIARENCO, Maria Angélica; LECANNELIER, Felipe. Resiliencia y coraje. El apego como mecanismo protetor. In: MELILLO, A.; SUÁREZ OJEDA, E. N.; RODRÍGUEZ, D. (Org.). *Resiliencia y subjetividade*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- MARCELLI, Daniel. *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- MASETTI, Morgana. *Soluções de palhaços: transformações na realidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- MASTEN, Ann S.; COATSWORTH, Douglas. Competence, resilience and psychopathology. In: CICCHETTI, D.; COHEN, D. *Developmental psychopathology*. New York: John Wiley & Sons, 1995. v. 2.
- MELILLO, Aldo; SUÁREZ OJEDA, Elbio Néstor; RODRÍGUEZ, D. (Org.). *Resiliencia y subjetividade*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- RUTTER, Michael; SROUFE, L. Alan. Developmental psychopathology: concepts and challenges. *Development Psychopathology*, v. 12, p. 265-296, 2000.
- WHITWORTH, Jimmy. What happens when the research is over? Researcher and funder perspectives. *Global Forum on Bioethics in Research*, Blantyre. 2008.
Disponível em: www.wellcome.ac.uk/assets/wtx025166/ Acesso em: 28 jan. 2008.